

# 20-11-2013 - Entrevista concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, às rádios Central AM e Rede do Bem FM, da cidade de Campinas-SP

Palácio da Alvorada, 20 de novembro de 2013

**Jornalista:** Nós vamos dar sequência à entrevista com a presidenta da República, Dilma Rousseff. A presidenta Dilma esteve ontem em Campinas onde participou da abertura do XIV Congresso das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, a Facesp, que termina hoje. A presidenta anunciou a criação do Portal Empresa simples, e nós vamos conversar neste momento com a presidenta Dilma Rousseff. Presidenta, bom dia. É um prazer poder conversar com a senhora novamente. A nossa colega Adriana Barros, da Rede do Bem, também participa desta entrevista. Bom dia, presidenta!

**Presidenta:** Bom dia, Milton Paes. Bom dia ouvintes da rádio Central AM de Campinas e bom dia, Adriana Barros, da Rede do Bem, de Campinas.

**Jornalista:** Bom dia, presidenta Dilma. É um prazer e uma honra estar falando com a senhora novamente, pela segunda vez.

**Jornalista:** Bom, presidenta, o governo tem fomentando a figura do microempreendedor individual. Eu gostaria de saber da senhora qual a sua avaliação do programa, presidenta.

**Presidenta:** Olha, Milton, eu considero o programa Microempreendedor Individual um dos mais bem sucedidos programas do governo. Para você ter uma ideia, Milton, hoje tem 3,5 milhões pequenos empreendedores no MEI. Quando nós começamos tinha 780 mil, veja só como ele progrediu. Significa que o MEI ajuda de fato as pessoas que detêm um pequeno negócio a expandi-lo, a melhorá-lo e torná-lo um negócio cada vez mais vantajoso em termos de renda. Então vamos ver por que: primeiro, porque o MEI é um programa que melhora o microempreendedor porque permite que ele emita nota fiscal. Quando ele emite nota fiscal, ele pode participar, por exemplo, de licitações dos governos, o que permite que ele tenha uma situação melhor nos leilões que ele pode participar do poder público; o MEI garante também que o pequeno empreendedor, desse pequeno negócio, ele tenha direito à aposentadoria, pensão e auxílio doença, porque ele garante proteção previdenciária e para as mulheres o salário maternidade. Mas são três razões que asseguram que o MEI seja muito bem sucedido: primeiro, a facilidade do processo de formalização, que é todo feito pela internet, sem burocracia; segundo, ele faz com que a pessoa possa recolher oito tributos de uma vez só e em uma só guia; terceiro, o baixo custo para o empreendedor porque, no comércio, se ele for do comércio ou de serviços, ele vai pagar pelos tributos que ele devia e pela previdência, ele vai pagar R\$ 34,90, por tudo. E se ele for de serviços, ele vai pagar R\$ 38,90, tudo isso por mês. Então, como fica em conta e ele tem vários benefícios previdenciários e também da sua própria formalização, é isso que explica que o MEI tenha tido esse sucesso. Além disso, em janeiro de 2012, portanto, no início do ano passado, nós ampliamos quem pode se enquadrar nessa situação de ser um microempreendedor individual: é aqueles que faturam até R\$ 60 mil por ano. O que significa que teriam uma renda mensal de R\$ 5 mil. Nós criamos também para apoiar o MEI, um programa que se chama Crescer. O que o programa Crescer oferece? Aquilo que todo microempreendedor precisa: oferece crédito, e um crédito em situação bem vantajosa que ele pagará só 5% de crédito ao ano, o que torna esse crédito, um crédito subsidiado. Então, tudo isso explica porque o MEI teve essa expansão.

E para vocês terem uma ideia, o Crescer tem resultados, também, muito bons. Foram realizadas, ou seja, as pessoas microempreendedores individuais, fizeram 7 milhões de operações de crédito, alguns fizeram mais de uma, porque se são 3 milhões de pequeno empreendedores e são 7 milhões de operações de crédito, alguns tiveram acesso a uma ampliação do crédito, eles tomaram uma primeira vez, pagaram e tomaram uma segunda vez. Ontem, no congresso que eu estive em Campinas. Aliás, um congresso fantástico dos 50 anos da Fapesp, com a participação de representantes das associações comerciais do Brasil todo, nós, de fato, tomamos algumas medidas que eu julgo importantes que vão beneficiar todo aquele que quer ser microempreendedor individual ou que quer estar no Simples na micro e pequena empresa, que é a criação da Redesim, que é a rede simples. A Redesim é aquela que quer simplificar a coisa fundamental para o empresário que está iniciando, que é como abrir sua empresa. Então, o que nós queremos é reduzir para cinco dias o prazo total que esse empreendedor, o dono do pequeno negócio vai levar para abrir o seu negócio. E aí, é importante que se diga: 95% das empresas que abrem seu pequeno negócio tem baixo risco. Por isso, nós podemos perfeitamente fazer essa abertura de empresa em cinco dias. E, além disso, nós estamos preocupados e vamos abrir uma negociação com os estados e municípios pelo seguinte: o microempreendedor, ele abre seu negócio, daí, ele dá o endereço da sua casa – residencial, de onde ele mora – como endereço da microempresa, e aí muitas vezes as prefeituras olham aquilo como sendo uma sede de uma empresa e passa a tributar mais porque é uma casa comercial. Daí, ele tem seu IPTU elevado, seu valor de pagamento de água e luz também elevado. Então, também isso nós iremos tratar porque é uma reivindicação importante dos microempreendedores.

E eu queria finalizar te dizendo uma coisa: nós vamos aprimorar, apoiar e fortalecer esse programa, tanto o MEI quanto o Crescer. Por quê? Porque ele é um dos melhores programas de inclusão produtiva que é uma vertente da inclusão social, é uma espécie de saída para o Bolsa Família também. Muitas pessoas que estão no Bolsa Família, ao abrir seu pequeno negócio, conseguem ter uma renda e conseguem passar para uma situação melhor. É uma saída que é aquela que a gente sempre diz a respeito da questão do Bolsa Família: o fim da miséria é só um começo. É um começo de estudo, é um começo de pequenos negócios, enfim, é um começo para as pessoas terem uma melhoria na vida. Para você ter uma ideia, 10% dos microempreendedores individuais vieram do Bolsa Família, são 300 mil que vieram do Bolsa Família. O que é um dado fundamental para o país.

**Jornalista:** Presidenta Dilma, bom dia. Presidenta, o Brasil avançou muito depois do seu governo, tanto é hoje nós fazemos parte dos Brics. É notável para a nossa população que milhões de brasileiros saíram da pobreza, o país avançou muito depois do governo da senhora. Mas ainda temos muitos problemas, como por exemplo, a segurança pública. Eu, presidenta, fui assaltada onze vezes em São Paulo. A gente vê o caso da dentista, que atearam fogo nela porque ela tinha R\$ 30 na conta. Eu pergunto para a senhora: o quê o governo federal tem trabalhado, o projeto que vocês têm para melhorar a segurança de nós brasileiros?

**Presidenta:** Olha, Adriana, eu considero que a questão da segurança pública é uma das mais graves no Brasil, essa história que você... que nós todos vimos e que é uma história dramática, que é essa da dentista. O governo federal ele trabalha em articulação com os estados, porque pela Constituição quem tem atribuição constitucional sobre a política de segurança são os estados. Mas nós achamos que mesmo acontecendo isso nós temos funções claras também previstas na Constituição. O governo federal é responsável por cuidar das fronteiras. Daí, uma das ações que eu considero mais importantes é o Plano Estratégico de Fronteiras que é executado pelo Ministério da Defesa, com o Exército, Marinha e Aeronáutica; e pelo Ministério da Justiça, com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública. E essa ação tem um objetivo que é impedir que o crime organizado se abasteça com os dois elementos mais importantes para ele: drogas e armas. E por isso eu posso te dizer que, mesmo sendo de fronteiras, ele permite... esse Plano Estratégico permite que se proteja também São Paulo. Então, como é que ele funciona? O Plano tem duas operações globais: uma que se chama Sentinela, que é conduzida pelo Ministério da Justiça, Polícia Federal e Rodoviária Federal e Força Nacional,

de segurança que é permanente. Nos principais pontos de fronteiras nós atuamos. Em 2013, para você ter uma ideia, nós apreendemos 232 toneladas de drogas – maconha e cocaína – quase o dobro do apreendido em todo o ano de 2012, que foi 139 toneladas.

Além disso, a Polícia Federal, através de todo o sistema de inteligência e da cooperação, inclusive, com as polícias estaduais, nós conseguimos desarticular 20 organizações criminosas. Aí, combina com essa operação Sentinela, uma operação que ela é, eu te diria, uma operação surpresa que é a Operação Ágata, que é feita pelas Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – comandados pelo Ministério da Defesa. Nós realizamos 7 operações, ninguém sabe onde ela vai ser. Então, o que acontece? Nós atacamos aquela região de fronteira mobilizando mais de 90 mil militares das três Forças, e 4000 servidores das agências governamentais. E aí entra Receita Federal, entra toda aquelas ações que são necessárias para que você apreenda não só veículos roubados, mas que você apreenda embarcações - porque é uma das formas de entrar no Brasil, via fronteira trazer arma e droga, é a forma fluvial. A quantidade de rio que nós temos nas fronteiras -, e também nessas operações nós apreendemos tanto drogas quanto explosivos. Para você ter uma ideia esse ano... aliás, em algumas das operações, se somar três operações, nós apreendemos 20 toneladas de explosivos, 200 armas de fogo e quase 370 mil equipamentos que implicam e que facilitam, justamente, porque são veículos, são embarcações que facilitam a penetração no Brasil, muitas vezes, inclusive, aviões são apreendidos. Então, isso eu diria que é a parte da segurança que o governo federal tem responsabilidade constitucional. Mas, além disso, nós reconhecemos a importância de parceira com os governos do estado nas ações que são atribuições deles. Por exemplo, nós criamos uma agência de atuação integrada contra o crime organizado, em São Paulo. Ela reúne as polícias Civil, Militar, a Federal, Rodoviária Federal, enfim, ela integra os órgãos de combate ao crime e de segurança pública. E ela usa também, mais uma vez eu digo, a Receita Federal. Além de também articular o Ministério Público Estadual. A agência completou um ano de atividade em novembro e ela fez mais de 1,4 mil prisões, 55 toneladas de drogas apreendidas.

No que se refere ao sistema prisional nós fazemos uma cooperação dando recursos para os estados poderem ampliar seus presídios, melhorá-los e também construir novos. São Paulo apresentou 11 propostas, no valor de R\$ 240 milhões. E são esses R\$ 240 milhões que nós contribuimos para essa ampliação, para criar mais 8,4 mil vagas prisionais. Além disso, nós participamos dando recursos para os grandes eventos. Em São Paulo nós implantamos o Centro Integrado de Comando e Controle, que além de melhorar a segurança nos grandes eventos, fica de herança para o governo do estado porque ele é extremamente bem equipado e vai permitir também uma melhoria no controle e no monitoramento de todas essas regiões metropolitanas. Vai ter armamentos, ou seja, nós contribuimos com armamentos menos letais, um kit antibomba, com desencarceradores, entre outros. Desencarceradores é aquele equipamento que consegue desmontar bomba. Se se coloca bomba num determinado evento, em um determinado lugar, esses desencarceradores fazem isso.

Além disso, o governo federal faz convênios para capacitação de profissionais - tanto para a Polícia Civil quanto para a Polícia Militar . E também nós temos um programa do crack, que é um programa em parceria, basicamente, com prefeituras. A prefeitura participa e nós fornecemos equipamentos, nós damos apoio no que se refere à política tanto de prevenção quanto a política de acolhimento através do Ministério da Saúde. Basicamente, Adriana, eu acredito que a gente, na questão da segurança, tem sempre que avançar mais. Eu acredito que o Brasil precisa de uma política de segurança pública que de fato coíba, faça uma coerção dos atos criminosos. E aí não tem de ter nenhuma outra questão que possa interferir, tem que montar uma estrutura de coerção de atos criminosos.

**Jornalista:** Presidenta, eu estive no hospital com meu filho durante três anos em tratamento – ele era portador de leucemia – e me chamou a atenção que eu via várias famílias vindas de outros estados, do Nordeste, e elas chegavam aqui sem condições nenhuma: sem casa, sem trabalho, para tratar o filho porque aqui tem mais recursos para a saúde. E o governo federal, naquela época, dava um auxílio de duzentos e poucos reais – isso foi em 2005 – e eu via

aquelas famílias sofrendo. O governo ajuda com muitas coisas, com remédios, ajuda com passagem aérea e esse auxílio de duzentos e pouco. Nós sabemos que hoje famílias de presidiários, elas recebem até R\$ 915,00, vai de R\$ 475,00 até R\$ 915,00. Eu pergunto para a senhora: o governo federal criou um projeto ou tem algum projeto tramitando para poder melhorar e ajudar essas mães, presidenta, que estão com filhos doentes, com câncer e que não têm a mínima condição de trabalhar? Eu estou perguntando isso para a senhora porque eu vivi isso, eu estive no hospital e eu participava dessas famílias, dessas vidas e eu pergunto para a senhora: tem algum projeto para mudar, melhorar e ajudar essas mães, presidenta?

**Presidenta:** Olha, Adriana, primeiro eu quero dizer que eu lamento muito a sua perda. Eu não consigo imaginar sequer o que seria perder um filho, principalmente, após longa luta contra o câncer. Eu também tive uma situação de tratamento contra o câncer e sei o quanto, nesse momento – as famílias, as mães, as pessoas, principalmente uma criança – o quanto é complicado para cada um de nós que passa por isso, essa situação. Principalmente quando a pessoa não tem recurso. Eu queria te dizer o seguinte: são duas coisas diferentes. No caso dos familiares de presidiários ou dos familiares de doentes, só há recebimento dos presidiários ou dos doentes via previdência social, que é a forma que o governo tem para remunerar essas pessoas, se alguém for contribuinte, ou seja, se o doente ou o presidiário for contribuinte. O presidiário só recebe – para você ter uma ideia – só 7,6% dos presos recebem auxílio reclusão. E em que condições ele recebe? Não é porque ele está preso. Ele recebe porque ele é contribuinte da previdência e a lei permite que ele, nessa situação, receba. Obviamente, se ele passar para o regime aberto, ele deixa de receber. No caso do doente, ele recebe indefinidamente, porque ele está doente, ele recebe o auxílio previdenciário. Agora, muitos estados devem dar, eu imagino, porque as pessoas dos lugares que têm menos recursos hospitalares, elas vão procurar atendimento nos locais onde tem mais recursos hospitalares. Muitos estados dão uma contribuição para essas pessoas se encaminharem. Qual é a contribuição do governo federal? É garantir um atendimento para a criança ou adulto que está sofrendo com essa doença terrível que é o câncer, mas que é hoje muito mais tratável e curável, e que precisa, portanto, quanto mais cedo tiver o atendimento, mais possibilidade ela tem de cura, de remissão. Então, nós ampliamos os hospitais para tratamento de pacientes do câncer no SUS. E aí esses hospitais passaram a realizar cirurgia oncológica, a quimioterapia e a radioterapia, que são os dois tratamentos básicos na questão do câncer, e que hoje nós passamos então de... hoje no Brasil tem 277 hospitais com tratamento oncológico, sendo que 32 são do governo federal.

Nós fizemos uma outra coisa, porque é outra coisa terrível, o remédio é muito caro. Então, nós incorporamos os três principais novos medicamentos, que são agora distribuídos gratuitamente pelo SUS. Nós também centralizamos a compra de outros medicamentos, porque estava faltando e segundo para obter um preço mais acessível, mas, sobretudo, porque estava faltando. O poder de barganha de diferentes hospitais era pequeno diante dessas necessidades de compra e aí nós centralizamos. Agora, em 2013, só para você ter uma ideia, o SUS realizou mais de 95% de todos os transplantes de medula ocorridos no Brasil e 30% das quimioterapias nós realizamos no sistema público, no que se refere à leucemia. Eu também tive um câncer que tem a ver com essa questão. Eu tive linfoma. O linfoma pode se transformar em leucemia se progredir. Então, eu imagino que – e compartilho contigo da certeza – que todos os brasileiros tem que ter atendimento digno, rápido e eficiente. E que nós temos de assegurar – eu te asseguro que olho isso sistematicamente dentro do Ministério da Saúde – temos que assegurar que cada vez mais brasileiros tenham acesso ao que há de mais avançado nesse tratamento. Porque é uma doença que, ao contrário do que se pensava antes, era incurável. Dependendo, tem muita coisa que ainda a medicina não resolve, mas a grande maioria das questões ela resolve. Por isso eu acredito que a sua pergunta foi uma pergunta muito importante, porque ela coloca no centro um desafio que de fato o governo federal, junto com os governos estaduais, tem de enfrentar, que é uma saúde de qualidade para todos os brasileiros. Eu espero, Adriana, ter respondido a sua pergunta. Mas, sobretudo, você tem a minha imensa solidariedade. Eu sei... tenho ideia o que você passou.

**Jornalista:** Obrigada, presidenta.

**Jornalista:** Presidenta Dilma, a população brasileira está querendo saber, as pessoas perguntam e questionam bastante e eu gostaria de perguntar para a senhora neste momento, presidenta, sobre a questão do mensalão. A questão do mensalão que, inclusive, levou membros petistas e também de outros partidos políticos para a cadeia. Eu gostaria que a senhora falasse nesse momento com relação à essa questão do mensalão, presidenta.

**Presidenta:** Olha, Milton, eu sou presidenta da República e queria te dizer que eu tenho, como presidenta da República, ter e cumprir alguns requisitos. Um deles é o absoluto respeito à Constituição. Para você ter uma ideia, Milton, o artigo 2º da Constituição diz o seguinte – eu sei, assim, praticamente, de cor: “São poderes da União e são poderes independentes e harmônicos entre si o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. O que ele quer dizer com isso? Quer dizer o seguinte: nós somos independentes uns dos outros, mas somos harmônicos. Eu não me permito, como presidenta da República, fazer qualquer observação, análise ou avaliação sobre atos do Poder Judiciário, em especial, aí no caso, eu estou me referindo a decisões do Supremo Tribunal Federal. Isso não significa que eu não tenha as minhas convicções, eu as tenho. No entanto, enquanto eu for presidente da República a minha condução vai ser essa: eu não faço observações, críticas ou análises a respeito de sentenças da Suprema Corte do meu país. E acho que isso é um procedimento que é exigido dos presidentes dos poderes, não é só de mim, não, é dos presidentes dos poderes no sentido de respeito ao outro poder e de convivência harmônica, porque caso contrário, eu estaria desrespeitando a Constituição. Além disso, eu queria te dizer o seguinte: que isto, no entanto, não me impede de fazer considerações sobre aspectos humanitários. Eu me manifestei, de fato, com uma grande preocupação humanitária em relação à saúde do Genoino, do deputado federal Genoino. Por que eu fiz? Por dois motivos: eu fiz porque eu sei as condições de saúde dele, ele teve uma doença extremamente grave do coração, e sei que ele toma anticoagulante, e ao mesmo tempo é importante que eu te diga que eu tenho uma relação pessoal com a família do Genoino, eu estive encarcerada com a mulher do Genoino, que se chama Rioco, durante o período da ditadura militar. Então, eu tenho... eu manifestei a minha preocupação a com a saúde dele em caráter estritamente pessoal.

**Jornalista:** Presidenta Dilma, finalizando a minha pergunta eu gostaria de saber agora da senhora o seguinte: a alta carga tributária no Brasil é motivo de questionamento de empresas e da sociedade civil de uma forma em geral. Inclusive, a arrecadação fiscal bateu recorde em outubro. E o presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, Rogério Amato, inclusive, ontem, chamou essa questão tributária de manicômio tributário. O governo tem algum planejamento estratégico, presidenta Dilma, no sentido de minimizar essa questão?

**Presidenta:** Olha, sabe uma coisa engraçada, Milton Paes? Tem hora no Brasil que as pessoas ficam numa situação difícil. Esse ano o Nelson Rodrigues faz 100 anos, e o Nelson Rodrigues usava uma expressão muito engraçada, dizia o seguinte: a pessoa foi criticada por ter cachorro e também foi criticada ao mesmo tempo por não ter cachorro. Nós somos criticamos muito por termos desonerado, ou seja, diminuído o imposto, portanto, a receita tributária impactando na saúde fiscal do país. Primeiro, eu quero te dizer que a saúde fiscal do país está bastante robusta. E segundo, eu quero dizer que a gente, sim, tinha de desonerar, porque quando você desonera, você melhora a vida das pessoas, aumenta a produtividade e a competitividade da economia. Então, nós tomamos várias medidas desde 2011. A folha de pagamento foi desonerada em 56 setores. Ou seja, diminuimos a incidência dos impostos sobre a folha de pagamento em 56 setores: comércio varejista, têxtil, confecções, tecnologia da informação, móveis, autopeças, transporte rodoviário coletivo de massa, é o transporte coletivo urbano ou não, o aéreo, o marítimo, equipamentos médicos odontológicos – eu não vou citar os 56. Mas isso ocorreu. O que nós fizemos: substituímos uma contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamento por um percentual de 1% a 2% sobre o faturamento, dependendo do setor e das condições do setor.

Outra coisa importantíssima que nós fizemos: nós desoneramos todos os produtos da cesta básica. A cesta básica vinha sendo desonerada, mas ela não tinha desonerado todos os produtos. Só nisso foram bilhões de reais que o governo federal gastou ao desonerar todos os produtos que integram a cesta básica. Inclusive nós fizemos uma atualização dos

produtos porque a cesta básica, a sua composição vai mudando ao longo do tempo. A cesta de 1970 não é igual a de 2011, 2012 e 2013. Bom, além disso, nós ampliamos em 50% os limites das faixas de enquadramento do Simples nacional. E no caso do MEI, quando nós passamos para 60 mil isso era um aumento de 66% que permitiu que mais pessoas se enquadrassem, mais empresas se enquadrassem e, portanto, se beneficiassem com o Simples nacional e com o MEI. A tabela do imposto de renda, que não era corrigida, nós passamos a corrigir em 4,5% ao ano. O que significa que as pessoas vão ter menos pagamento de imposto de renda. Nós eliminamos a incidência de IPI, Imposto de Produtos Industrializados, sobre bens de capital e materiais de construção, para viabilizar o investimento, para viabilizar a produção de moradias, de apartamentos de casas. Nós adotamos a depreciação acelerada para bens de investimento, também para facilitar o investimento e desonerar o investimento no Brasil. Instituímos regime tributário especial para o setor automotivo, desde que eles cumprissem requisitos: primeiro, produzissem no Brasil, gerassem emprego no Brasil e obviamente fizessem inovações no Brasil. Com isso, nós atraímos várias empresas automobilísticas, inclusive aquelas bem sofisticadas que não produziam aqui, porque só se importava aqueles automóveis. Nós, também temporariamente, aí é temporário, nós reduzimos o IPI de automóveis, eletrodomésticos da linha branca e móveis, e zeramos a CIDE da gasolina e do diesel. Para você ter uma ideia, com essas medidas, o valor das desonerações tributárias, ou seja, nós reduzimos em 44,5 bilhões o que o Brasil pagava de imposto em 2012. Em 2013, nesse ano, serão 70 bilhões e isso vai produzir, de fato, eu acredito, uma diminuição do custo, um aumento da produtividade e da competitividade. Nós, com isso eu acho que o nosso objetivo principal foi estimular o crescimento, gerar mais emprego. O manicômio tributário referido pelo Amato e com o qual eu concordo, é a burocracia. A burocracia de ter impostos incidindo sobre várias coisas simultaneamente. Então, isso vai necessitar de uma reforma tributária e uma reforma da burocracia. O que faz a burocracia. A burocracia olha para a empresa ou para o cidadão, em vez de ver nele um só cidadão e uma só empresa, divide ele em várias partes. Ele vai para cada guichê e aí ele tem de ser atendido no guichê A ele libera uma coisa, no B ele libera outra, e assim sucessivamente. O que nós queremos com a Redesim? Primeiro nós queremos para as pequenas empresas, para as micro e pequenas, nós queremos justamente unificar esse guichê, fazer com que o Estado brasileiro unifique a sua relação com o contribuinte e diminua as exigências, torne essas exigências mais racionais. Com isso, nós também queremos ampliar a Redesim para além dos pequenos e dos micros, nós queremos que ela atenda o médio e o grande. A desburocratização no Brasil, ela é fundamental assim como o fim da guerra fiscal, que faz com que estados, no Brasil, um dispute com o outro, e aí um vai reduzir o tributo, o outro perde, aí aquele que perdeu reduz mais e cria-se isso que se chama, de fato, de manicômio tributário.

Então, eu queria te dizer o seguinte: o governo federal tem a firme e determinada disposição, de primeiro implantar a Redesim para 95%, que nós sabemos que pode ser implantada sem maiores problemas; segundo, aprender com isso e implantar para o resto do país todo.

**Jornalista:** Presidenta Dilma Rousseff, nós queremos agradecer muito a grande oportunidade de estar com a senhora. Para mim, Adriana Barros, da Rede do Bem, é uma honra conversar com a senhora, eu admiro muito a senhora, uma mulher guerreira, um mulher capaz. Nunca antes na história do Brasil teve uma presidenta mulher. Então eu queria agradecer muito em nome da rádio Central AM, meu amigo Milton Paes. E eu quero agradecer também em nome de todos os evangélicos do Brasil, eu sou evangélica e peço a Deus que ilumine a senhora, que cuide da senhora e que a senhora possa continuar fazer um bom governo, em nome de Jesus.

**Presidenta:** Adriana, eu fico muito comovida com as suas palavras, queria te dizer que a sua história é uma história também extremamente comovente. Eu me emocionei com a sua pergunta e quero te dizer o seguinte: acho que você é uma mulher guerreira, as mulheres têm essa capacidade que você tem de passar por coisas muito difíceis e de levantar a cabeça e seguir. Então eu quero, primeiro, te falar... eu estou te mandando um grande abraço. Um grande abraço, bem apertado. E também agradecer a você e ao Milton Paes que

deram essa oportunidade hoje de falar com Campinas. Agradeço a Rede do Bem, uma rede evangélica, agradeço a rádio Central FM e a todos os nossos ouvintes que nos acompanharam aqui hoje. Um bom dia para todos vocês.

Ouçã a íntegra (38min21s) da entrevista  
(<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas/entrevistas/audio-da-entrevista-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-as-radios-central-am-e-rede-do-bem-fm-da-cidade-de-campinas-sp>)da Presidenta Dilma